



## COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 16ª Reunião

Sede do BNDES – Rio de Janeiro– RJ

05 de dezembro de 2014 –15h às 18h

### PAUTA

- 15h** Abertura: Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira
- 15h30min** Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 15ª Reunião
- 15h45min** **Tema de Pauta**
- Balço de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia
- 16h45min** **Apresentação de Informes**
1. Andamento da chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas – BNDES
  2. Dinâmica do desmatamento na Amazônia – Ministério do Meio Ambiente
- 17h30min** Encaminhamentos
- 18h** Encerramento

## Abertura

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

- 1** Agenda da Reunião  
RET da 15ª Reunião
  
- Tema de Pauta
- 2** Balanço de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia
  - Página de Instrução
  - Apresentação (PPT) Balanço de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia
  
- Informes
- 3**
  - Chamada pública de projetos voltados ao apoio de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTAs
  - Apresentação (PPT) Chamada pública de projetos voltados ao apoio de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTAs
  
- 4** Decreto 6527  
Lista de membros do COFA

## **Abertura dos trabalhos**

Na abertura da 16ª reunião do COFA foi celebrado o contrato de colaboração financeira não reembolsável entre o Fundo Amazônia e a Fundação Banco do Brasil (FBB), com a presença do presidente dessa fundação, Sr. José Caetano de Andrade Minchillo. Esse foi o segundo contrato assinado no âmbito da parceria FBB / Fundo Amazônia e tem o valor de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 12 milhões diretamente aportados pelo Fundo Amazônia e os demais R\$ 8 milhões como contrapartida da FBB.

A reunião foi iniciada com as saudações e boas vindas aos presentes pelo Diretor do BNDES, João Carlos Ferraz, que comentou ter participado de reuniões em Washington com o FMI, o Banco Mundial e outros bancos de desenvolvimento, tendo como temas centrais as mudanças climáticas, o desmatamento, a eficiência energética e a sustentabilidade.

João Carlos Ferraz (BNDES) relatou que há um reconhecimento recente e explícito da comunidade internacional sobre o importante papel desempenhado pelos bancos de desenvolvimento. Informou que, paralelamente, os próprios bancos de desenvolvimento estão assumindo um comprometimento cada vez maior com a sustentabilidade ambiental.

Com relação ao Fundo Amazônia, ressaltou que sua estrutura de governança possibilita que as partes interessadas participem dos processos de decisões estratégicas. Também mencionou o caráter inovador do fundo, através do qual o Brasil se comprometeu a apresentar um resultado global positivo em termos de redução do desmatamento para ser elegível a receber mais recursos. Dessa forma, não há interferência por parte dos doadores na decisão dos projetos a serem apoiados.

Por fim, ressaltou o compromisso do BNDES com a boa gestão do Fundo Amazônia, seguindo as diretrizes do COFA e cumprindo as determinações das políticas públicas coordenadas pela Ministra Izabella Teixeira (MMA).

A Ministra Izabella Teixeira (MMA) recordou o processo de estruturação do Fundo Amazônia e ressaltou que o fundo foi inovador não só por se basear no pagamento por resultados alcançados na redução do desmatamento, mas também por ter transformado uma boa ideia em realidade. Ressaltou ainda que o Brasil tem obtido resultados robustos na redução do desmatamento, mas que as doações, exceto as do Governo da Noruega, ainda acontecem em uma escala de demonstração. Como exemplo, citou que até o final de 2014, o Fundo Amazônia poderia captar até US\$ 16 bilhões, segundo cálculos referenciados pelo Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA).

Mencionou que muitos desafios foram vencidos ao longo dos seis anos de existência do Fundo Amazônia: por parte do BNDES, ao tornar menos complexos os procedimentos burocráticos, embora tenha sublinhado que ainda haja espaço para melhorias; pelo Ministério do Meio Ambiente, ao montar uma equipe para fazer a interlocução com o Fundo Amazônia; e também por parte do COFA, no entendimento do seu papel de estabelecer diretrizes e critérios do Fundo. Mencionou ainda que esse processo de aprendizagem foi marcado, acima de tudo,

pelo compromisso com a Amazônia e pela vontade política de constituir o Fundo Amazônia.

Izabella Teixeira (MMA) lembrou que durante os últimos anos houve um intenso debate a respeito do Código Florestal e que um legado importante desse novo código é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com a marca de 139 milhões de hectares presentes na base do cadastro e outros 55 milhões de hectares vindos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesse contexto, enfatizou que o Fundo Amazônia assume um papel estratégico ao financiar os governos estaduais a viabilizarem a adesão dos pequenos agricultores ao CAR. Mencionou ainda que o CAR cria novas oportunidades de mercado, como por exemplo a cota de reserva ambiental, bem como novas possibilidades de desenvolvimento regional e inclusão social.

Izabella Teixeira (MMA) destacou a importância de existir uma estratégia de monitoramento e avaliação transparente para o Fundo Amazônia, na qual os projetos já apoiados sejam avaliados quanto aos seus resultados do ponto de vista do desenvolvimento regional e da redução do desmatamento. Assim, seria possível aperfeiçoar cada vez mais os mecanismos do Fundo Amazônia e eleger os projetos estratégicos para acelerar o fim do desmatamento ilegal.

Afirmou ainda que está em andamento um importante processo político global e nacional, no que diz respeito às negociações de clima. Nesse sentido, o Brasil está preparando um compromisso formal a ser apresentado em 2015, na COP 21, em Paris.

Em seguida, Izabella Teixeira (MMA) agradeceu o novo aporte do Governo da Noruega, no valor de US\$ 130 milhões, para o Fundo Amazônia, em função dos resultados da redução do desmatamento. Nesse momento, informou que está em curso uma sofisticação da fiscalização do desmatamento em termos tecnológicos, com o desenvolvimento de uma nova família de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Destacou ainda o apoio do Fundo Amazônia à implementação da política nacional de gestão ambiental em terras indígenas (PNGATI), com a chamada pública de projetos para apoio à elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas aprovada pelo COFA.

Por fim, recomendou ao COFA que debatesse os resultados dos projetos apoiados, dessa forma ajudando o governo a requalificar as políticas públicas e reorientar a destinação dos recursos.

## **1. Discussão e aprovação do RET da 15ª Reunião do COFA**

Francisco Gaetani (MMA) perguntou aos membros do Comitê se haveria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento na redação do RET da 15ª reunião do COFA. Todos estando de acordo, foi aprovado por unanimidade o RET da 15ª reunião do COFA.

## **2. Balanço de atividades, carteira atual do Fundo Amazônia e apresentação de informe sobre o andamento da chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas**

Gabriel Visconti (BNDES) inicialmente mencionou que a sustentabilidade ambiental e o financiamento verde são temas que crescem de importância na economia brasileira e no mundo, destacando que nesse contexto o porte do Fundo Amazônia já é bastante expressivo, especialmente por se tratar de iniciativa com poucos anos de operação.

Em seguida, apresentou os limites de captação anuais do Fundo Amazônia já atestados pelo seu Comitê Técnico (CTFA), que em seu conjunto autorizam a captação de US\$ 16,2 bilhões. Informou que até 2014 foram captados R\$ 2 bilhões em doações (US\$ 921 milhões). Afirmou ainda que ampliar as captações é um grande desafio, apesar de o Brasil apresentar resultados excepcionais na redução das taxas de desmatamento.

Com relação à carteira de projetos, informou que são 69 projetos apoiados no valor de R\$ 1,04 bilhão de colaboração financeira não reembolsável, sendo trinta com o terceiro setor, 22 com estados, sete com municípios, seis com universidades, três com o Governo Federal e um com pessoa jurídica internacional.

Mencionou que a carteira de projetos em análise, no valor total de R\$ 200 milhões, é composta por dez projetos e os projetos em perspectiva (com pedido de colaboração financeira já formalizado em etapa de pré-análise) é composta por 11 projetos, no valor total de R\$ 465 milhões. Destacou que houve uma evolução favorável na composição da carteira de projetos do Fundo Amazônia, com uma maior concentração de projetos sendo apoiados e uma redução do número de projetos em perspectiva e em análise.

Gabriel Visconti (BNDES) informou que o total desembolsado a projetos pelo Fundo Amazônia é de R\$ 376 milhões, sendo que até o início de dezembro de 2014 foram desembolsados R\$ 153 milhões, o que representou um crescimento significativo nos desembolsos em relação aos anos anteriores.

Em seguida, relatou o andamento da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis, com 97 projetos recebidos, dos quais 38 projetos passaram na habilitação documental e avaliação cadastral e 18 projetos foram selecionados para a análise detalhada pela equipe técnica do Fundo Amazônia. Dos 18 projetos selecionados, 10 projetos foram aprovados no valor de R\$ 46 milhões, três foram cancelados e cinco se encontravam em análise.

Apresentou, então, informe sobre a chamada pública para projetos voltados ao apoio de planos de gestão territorial e ambiental (PGTAs) em terras indígenas do bioma Amazônia, no valor total de até R\$ 70 milhões, com o apoio de até dez projetos de R\$ 4 a 12 milhões, com recebimento de propostas até 21.11.2014. Informou que foram recebidas vinte propostas que estão na fase de avaliação documental, devendo em seguida ser apreciadas pela Comissão de Seleção e Classificação de projetos dessa chamada pública, com representantes do MMA, Fundação Nacional

do Índio - FUNAI, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, representação dos estados no COFA e BNDES.

No contexto do apoio aos povos indígenas, destacou que estes já vêm sendo apoiados de forma continuada, já sendo objeto de apoio quatro projetos com foco exclusivo nessa temática, no valor total de R\$ 66 milhões de colaboração financeira, bem como outros oito projetos que contemplam parcialmente esse foco, com ações que vão beneficiar as comunidades indígenas no valor de R\$ 14 milhões.

Apontou, ainda, o apoio à implementação do CAR, importante instrumento de regularização ambiental dos imóveis rurais, sendo que essa componente já é apoiada em 13 projetos, em valor superior a R\$ 200 milhões.

Mencionou, também, o apoio ao INPE, no valor de R\$ 67 milhões, objetivando o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites.

Em termos de comunicação e transparência, referiu-se aos diversos instrumentos utilizados pelo Fundo Amazônia, tais como boletins de notícias, informes de carteira, os relatórios anuais de atividades e a sua página na internet, entre outros. Destacou a importância de ser demonstrado à sociedade o que está sendo feito com os recursos, que tipo de projetos são apoiados e quais os indicadores utilizados para mensurar os resultados alcançados. Por fim, salientou que esse é um processo que precisa ser constantemente aprimorado, e que a equipe do Fundo Amazônia incorpora regularmente sugestões feitas pelas diferentes partes interessadas.

A seguir informou a distribuição dos apoios do Fundo Amazônia segundo os quatro eixos de seu quadro lógico, a saber: Produção Sustentável – R\$ 269 milhões (26%); Monitoramento e Controle - R\$ 495 milhões (48%); Ordenamento Territorial - R\$ 124 milhões (12%); e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - R\$ 151 milhões (14%).

Passou, então, a apresentar informações sobre os projetos já concluídos em 2013 e 2014 com o apoio do Fundo Amazônia, a saber: (i) Sementes do Portal, do Instituto Ouro Verde; (ii) Olhos d'Água da Amazônia, do Município de Alta Floresta; (iii) Preservar Porto dos Gaúchos, do Município de Porto dos Gaúchos; (iv) Virada Verde, do Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy do Brasil - TNC Brasil e (v) Gestão socioambiental de municípios do Pará, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Nessa oportunidade, apresentou alguns dos principais indicadores monitorados em cada um desses projetos, bem como os principais impactos já alcançados.

Finalizou discorrendo sobre alguns dos desafios e perspectivas do Fundo Amazônia, com destaque para os seguintes assuntos: (i) continuidade ao esforço de captação, ampliando volume captado e diversificando doadores para garantir uma clara sinalização de disponibilidade de recursos às organizações responsáveis pela elaboração e execução de novos projetos; (ii) continuidade do apoio à implementação do CAR e, na sequência, apoio em larga escala à implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas evidenciadas pelo CAR; (iii) conclusão da análise dos cinco projetos restantes da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis; (iv) seleção e análise dos projetos da Chamada Pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental

(PGTAs) em Terras Indígenas no Bioma Amazônia; (v) continuado aprimoramento da comunicação dos resultados alcançados pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia; e (vi) padronização dos procedimentos operacionais para a implementação de novos projetos internacionais.

### **3. Apresentação de Informe: Dinâmica do desmatamento na Amazônia**

Francisco Oliveira (MMA) inicialmente destacou a redução de 82% na área desmatada anualmente na Amazônia Legal brasileira ao longo do período de 2004 a 2014. Informou que a diminuição do ritmo do desmatamento correspondeu, no período de 2005 a 2012, a uma redução de 57% para 15% na participação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriundas do uso da terra e florestas quando considerada a contabilização setorial dos GEEs no Brasil.

Mencionou que os dados do desmatamento anual da Amazônia Legal de 2014 a serem apresentados eram preliminares, mas que deveriam variar muito pouco em relação aos dados definitivos a serem anunciados. Feita essa ressalva, passou a analisar os dados da dinâmica do desmatamento, tendo destacado que no período de 2004 a 2014 os estados do Pará e Mato Grosso foram os estados no bioma Amazônia que mais desmataram em termos absolutos, apesar dessas taxas estarem diminuindo.

Apresentou informações sobre a dinâmica do desmatamento em cada estado da Amazônia Legal, evidenciando que este se comporta de forma diversa nas diferentes unidades da federação. Informou que nos estados do Acre e de Roraima o desmatamento aumentou, e que este aumento foi compensado pela redução do desmatamento nos demais estados, o que culminou numa queda global da taxa de desmatamento em 2014 de 18%, quando comparada com a mesma taxa em 2013.

Mencionou que a maior parte do desmatamento ocorreu em assentamentos da reforma agrária e em glebas públicas não destinadas. Nesse contexto, citou que há aproximadamente 55 milhões de hectares de terras públicas não destinadas e que o Ministério do Meio Ambiente teria recebido recentemente 5,4 milhões de hectares (10% dessa área). Em seguida, apresentou o desmatamento por categorias territoriais por cada um dos estados, ressaltando que o desmatamento em glebas públicas federais não destinadas respondeu por 42% do desmatamento no estado do Pará, 41% do desmatamento no estado de Roraima e 33% do desmatamento no estado de Rondônia.

Francisco Oliveira (MMA) informou ainda que há uma concentração muito grande do desmatamento em uma quantidade pequena de municípios, o que reforça a importância da política de municípios prioritários. Como exemplo, citou o município de Novo Progresso, onde foi realizada, em agosto último, uma grande operação para prender os responsáveis pela grilagem de terras na região.

Em seguida, explicou a dinâmica do desmatamento observada nos estados da Amazônia Legal com base nos dados do DETER, o Sistema de Detecção em Tempo Real de Alteração na Cobertura Florestal realizado pelo INPE, bem como recomendou cautela na análise dos dados preditivos de outros sistemas de detecção do desmatamento. Salientou que esses dados têm se revelado discrepantes quando comparados com as taxas definitivas que são calculadas anualmente pelo Sistema Prodes do INPE. Nesse contexto, mencionou que há em curso uma série de novas

tecnologias sendo testadas para analisar o desmatamento, como exemplo, o *AWiFS* que possibilita enxergar o que está acontecendo em áreas menores que 25 hectares.

Passou, então, a analisar os dados do sistema Terra Class – que tem como objetivo mapear o uso e a cobertura da terra nas áreas desmatadas da Amazônia Legal – para tentar entender a dinâmica do uso e ocupação da terra na Amazônia. Explicou que basicamente são analisadas três áreas, a saber: agricultura anual, pastagem e vegetação secundária. Comentou que, em 2012, aproximadamente 60% das áreas da Amazônia eram ocupadas por pastagens, 23% por vegetação secundária e 6% pela agricultura anual. Adicionalmente, ao comparar essas áreas em 2010 e 2008, verificou-se que a agricultura ocupou prioritariamente as áreas de pastagens. Por outro lado, parte das áreas destinadas às pastagens se transformou em vegetação secundária.

Francisco Oliveira (MMA) relatou ainda a evolução da produção de soja e de proteína na Amazônia, enfatizando que enquanto se observaram nos últimos anos ganhos de produtividade na produção da soja, o mesmo não ocorreu com relação à pecuária. Ainda com relação à soja, comentou que o relatório de mapeamento e monitoramento do plantio da soja no Bioma Amazônia mostrou que 73 municípios concentram 98% da soja plantada na Amazônia, sendo 56 municípios do estado do Mato Grosso, dez do Pará e sete de Rondônia. Destacou ainda que, antes da moratória da soja, esses municípios eram responsáveis por 36% do desmatamento na Amazônia e após a moratória esses municípios reduziram pela metade a sua participação no desmatamento, correspondendo a 18%.

Por fim, informou que está sendo publicado um estudo que mapeia o destino da soja produzida na Amazônia pelo instituto de pesquisa chamado SEI (*Stockholm Environment Institute*). Por meio dessa análise, explicou que é possível ver, por exemplo, que a soja produzida no Mato Grosso tem como destino a China e que a União Européia consome pouco da soja que está sendo produzida no Bioma Amazônia.

Em seguida, foi aberta a palavra para os membros do COFA debaterem os temas apresentados. Com relação aos projetos concluídos Niro Higuchi (SBPC) pontuou que seria mais adequado se referir às áreas reflorestadas como áreas em processo de recuperação e não como áreas recuperadas, já que a expressão “recuperação ambiental” abrange o solo, aspectos biológicos, físicos, químicos, bem como a recuperação da biomassa florestal, sendo esse um processo de vários anos, portanto, além dos prazos de implementação dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Antoninho Rovaris (CONTAG) abordou o tema do CAR, tendo manifestado sua preocupação com a baixa adesão dos pequenos agricultores a esse cadastro, face as grandes dificuldades enfrentadas pelos mesmos para aderirem ao CAR, seja pela falta de computadores e de acesso à internet, seja pela baixa presença dos estados a nível dos municípios.

Por sua vez, Deryck Martins (CNI) comentou considerar acertada a continuidade do apoio à implementação do CAR, bem como o apoio à implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas evidenciadas pelo CAR. Todavia, destacou que



essa recuperação de áreas degradadas deveria se dar associada à produção sustentável, tornando-se não só uma solução para o passivo ambiental como também uma fonte de renda para os produtores rurais, o que lhe asseguraria sua perenidade. Como um segundo desafio destacou a regularização fundiária, argumentando que a regularização ambiental sem a regularização fundiária é frágil.

Com relação à transparência, João Bosco dos Santos (FBOMS) destacou que não basta melhorar a comunicação dos resultados alcançados, sendo necessário aprofundar o controle social, a fim de assegurar que as comunidades que realmente necessitam do apoio sejam de fato beneficiadas pelas políticas públicas. Nesse contexto, manifestou considerar insuficiente a realização de uma única reunião do COFA por ano. Pontuou também que o tempo disponível para as reuniões (meio dia) tem sido insuficiente para que a sociedade civil possa exercer adequadamente o controle social do Fundo Amazônia.

João Paulo Barreto (COIAB) comentou que não é da cultura dos povos indígenas o desmatamento, a necessidade de cadastrar imóveis rurais ou recuperar áreas degradadas, temas estes que foram bastante discutidos durante a reunião do COFA. Salientou, ainda, que para os povos indígenas as terras são de propriedade coletiva, o que torna necessária uma avaliação diferenciada de como esses povos devem ser apoiados.

Com relação à carteira de projetos do Fundo Amazônia, destacou que o apoio aos povos indígenas tem ocorrido por meio do estado ou por intermédio de outras organizações não indígenas, o que deve ser revisto, para assegurar o empoderamento e a independência desses povos.

Francisco Gaetani (MMA) comentou que apesar do CAR ser da responsabilidade dos estados da federação, o MMA vem atuando em caráter suplementar com uma estratégia de múltiplos pontos de entrada, isto é, de aproximação com diversos atores. Nesse diapasão destacou que uma das prioridades da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural (SEDR) do MMA é o desenvolvimento de estratégias para que os pequenos produtores rurais possam se inscrever no CAR, especialmente aqueles que estão localizados em áreas de difícil acesso.

Nesse contexto, mencionou a heterogeneidade das instituições que estão sendo apoiados pelo Fundo Amazônia, tais como ONGs, prefeituras, governos etc, destacando que essa pluralidade de parcerias amplia as possibilidades de sucesso do Fundo no enfrentamento de desafios como este colocado pelo cadastramento dos pequenos produtores rurais.

Em seguida, manifestou também considerar de vital importância a regularização fundiária das terras na região amazônica, entendendo tratar-se de um problema que precisa ser vencido por meio da adoção de novas formas de atuação.

No que tange o acesso aos recursos do Fundo Amazônia, destacou que tanto os povos indígenas quanto outros grupos, como por exemplo os assentados da reforma agrária, precisam de um tratamento diferenciado, de sorte que a implementação das políticas públicas estejam alinhadas com a orientação de inclusão social e universalização das iniciativas públicas.

Gabriel Visconti (BNDES) complementou que o Fundo Amazônia não apoia o cadastramento das médias ou grandes propriedades no CAR, mas somente aqueles imóveis de até quatro módulos fiscais, ou seja, fundamentalmente pequenos agricultores familiares. Manifestou considerar de caráter estrutural o continuado apoio à implementação do CAR e do processo de recuperação das áreas degradadas.

Destacou ainda que o Fundo Amazônia tem como objetivo maior a redução do desmatamento com o desenvolvimento sustentável, sendo um dos grandes desafios do Fundo a ampliação do uso sustentável dos recursos florestais e da biodiversidade, de forma a criar uma base econômica que permita a preservação da floresta em pé.

João Bosco (FBOMS) ressaltou que há necessidade de se criar mecanismos para facilitar o acesso aos recursos a um número maior de organizações locais. Mencionou que há uma dificuldade de ter acesso às chamadas públicas e por isso seria interessante que outras instituições repassadoras, a exemplo da Fundação Banco do Brasil, atuassem como multiplicadoras de projetos localmente.

Francisco Gaetani (MMA) afirmou que o Fundo Amazônia tem todo o interesse de apoiar o maior número de instituições possíveis para cumprir esse papel. Salientou ainda que já há na carteira projetos dessa natureza e que, portanto, o Fundo buscará fomentar outros projetos semelhantes. Salientou que o mesmo acontece com relação ao CAR, pois não basta o CAR ser prioridade, mas sim projetos de CAR que apoiem o cadastramento das populações com menos condições de fazê-lo.

Em seguida, Gabriel Visconti (BNDES) mencionou que a representante do MCTI, Andrea Portela, deixou alguns exemplares da publicação Amazon Face para serem distribuídas aos membros do COFA e que, havendo tempo na próxima reunião, um representante do MCTI, faria uma breve apresentação desse projeto.

#### **4. Encerramento**

Francisco Gaetani (MMA) tomou a palavra, agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião.

#### **5. Membros do COFA presentes à reunião: (titulares, suplentes ou representantes substitutos)**

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira (Ministra e Presidente do COFA)

Francisco Gaetani (titular)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Beatriz Martins Carneiro (titular)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Erikson Camargo Chandoha (suplente)

Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação

Andréa Ferreira Nunes Portela (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES  
Gabriel Rangel Visconti (suplente)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS  
João Bosco Campos dos Santos (titular)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB  
João Paulo Lima Barreto (suplente)

Confederação Nacional da Indústria – CNI  
Deryck Pantoja Martins (suplente)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG  
Antoninho Rovaris (titular)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC  
Niro Higuchi (titular)

## **6. Representantes que não compareceram**

Ministério das Relações Exteriores

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Casa Civil da Presidência da República

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Estado do Acre

Estado do Amapá

Estado do Amazonas

Estado do Maranhão

Estado do Mato Grosso

Estado do Pará

Estado de Rondônia

Estado de Roraima

Estado do Tocantins

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal – FNABF

## **7. Especialistas, convidados e observadores**

<b>Externos</b>	
<b>Representação</b>	<b>Nome</b>
MMA	Francisco Oliveira
MMA	Juliana Simões
Fundação Banco do Brasil	José Caetano de Andrade Minchillo
Embaixada da Noruega	Elisabeth Forseth
KfW	Christian Lauersshass
GIZ	Janina Budi
GIZ	Heliandro Maia
GIZ	Bernardo Anache